



INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

Escola Superior de Tecnologia de Tomar

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

Curso de Gestão do Território e do Património Cultural – Ramo Ambiente e Planeamento

URBANISMO E COMUNICAÇÕES

4.º Ano – Semestre

Regime: Semestral

Ano Lectivo: 2004/2005

Carga Horária: 1T+2TP

Docente: Assistente 1º Triénio Sérgio Paulo Leal Nunes

URBANISMO E COMUNICAÇÕES

I. OBJECTIVOS

Processos de concentração urbana. Crescimento Urbano. Rede urbana, sistemas urbanos e redes de comunicações. Políticas de transportes. Conhecimentos básicos. Principais paradigmas teóricos. Metodologias de análise e estudo de casos.



II. PROGRAMA

1. TENDÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO
 - 1.1. CONCENTRAÇÕES URBANAS
 - 1.2. BREVE PERSPECTIVA DA EVOLUÇÃO URBANA
 - 1.3. A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EUROPEU
 - 1.4. A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PORTUGUÊS
2. O FENÓMENO URBANO
 - 2.1. CONCEITOS BÁSICOS: URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
 - 2.2. DO RURAL AO EXCESSO URBANO NUM SÉCULO
 - 2.3. ORIGENS ECONÓMICAS DA URBANIZAÇÃO
 - 2.4. A URBANIZAÇÃO NOS PED
 - 2.5. SIMULAÇÃO QUANTITATIVA DOS EFEITOS DA URBANIZAÇÃO
 - 2.6. CIDADE E DESENVOLVIMENTO: QUESTÕES CENTRAIS
3. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES: FACTORES DE MOBILIDADE
 - 3.1. A IMPORTÂNCIA DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
 - 3.2. REDES DE COMUNICAÇÃO IMATERIAIS E POTENCIAIS IMPACTOS
 - 3.3. TRANSPORTES URBANOS E CIDADES SUSTENTÁVEIS
 - 3.4. OS TRANSPORTES E A MOBILIDADE NAS ÁREAS METROPOLITANAS
4. REDE E SISTEMA URBANO: INSTRUMENTO DE COESÃO E DESENVOLVIMENTO
 - 4.1. OS ANOS 90 E O REGRESSO DA CIDADE E DA POLARIZAÇÃO GEOGRÁFICA
 - 4.2. A ACTUAL RECONFIGURAÇÃO DOS SISTEMAS URBANOS
 - 4.3. SISTEMA URBANO, POLÍTICA DE CIDADES E POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL



5. A POLÍTICA EUROPEIA DE TRANSPORTES NO HORIZONTE 2010
 - 5.1. BALANÇO DA POLÍTICA COMUM DE TRANSPORTES
 - 5.2. DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO DA POLÍTICA EUROPEIA DE TRANSPORTES
 - 5.3. REEQUILIBRAR OS MODOS DE TRANSPORTE
 - 5.4. CONCLUSÕES: A HORA DAS OPÇÕES
6. O SISTEMA DE TRANSPORTES E ACESSIBILIDADES PORTUGUES
 - 6.1. BALANÇO DA POLÍTICA COMUM DE TRANSPORTES
 - 6.2. O SECTOR DOS TRANSPORTES NO PNDES
 - 6.3. PLANO OPERACIONAL DE ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES

III. BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA

1. ADFER (2003) - *A mobilidade e o transporte metropolitano e regional*. IV Congresso Nacional do Transporte Ferroviário. Vol. I.
2. Balchin, P. N.; Isaac, D.; Chen, J. (2000) - *Urban Economics, A Global Perspective*, Palgrave. Great Britain. ISBN: 0-333-77128-1.
3. COM (2001) - Livro Branco - *A política de transportes no horizonte 2010: a hora das opções*. Comissão das Comunidades Europeias. Doc. 370 Final. Bruxelas.
4. Conselho Económico e Social (1997) - *A Política das Cidades*. CES. ISBN 972-8395-02-7.
5. Costa, J. S. (2002) - *Compêndio de Economia Regional*, APDR, Coimbra. ISBN: 972-98803-1-x.
6. Farto, M. J. *et al* (2002) - *Sistema de transportes e acessibilidades ibéricas no contexto europeu*. ORE. Universidade Autónoma Luís de Camões. Lisboa.



7. Frasilho, M (2002) - *Os transportes e a mobilidade nas áreas metropolitanas*, O Economista - Anuário da Economia Portuguesa, pp. 219 - 221.
8. Oliveira, H. (2000) - *O sistema multimodal de transportes da área metropolitana de Lisboa*, O Economista - Anuário da Economia Portuguesa, pp. 196 - 202.
9. Lopes, S. (1995) - *Desenvolvimento Regional*, 4ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. ISBN: 972-31-0106-8.
10. Pólese, M. (1998) - *Economia Urbana e Regional*, APDR. Coimbra. ISBN: 972-97825-0-4.

O docente irá procurar disponibilizar, adicionalmente e nos momentos adequados, textos para pontos específicos da matéria como, por exemplo, Europa 2000 +; EDEC; PNDES; REOT; PDR ; POAT, Livro Branco dos Transportes, Livro Verde, etc.

IV. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS

A avaliação não deverá ser considerada como o objectivo principal da aprendizagem realizada. Deverá ser tomada, apenas (ainda que inevitável), como uma das suas consequências.

A avaliação tomará a forma de um "portfólio de avaliação". O aluno tem a possibilidade de construir, através de monografias, relatórios, ensaios, reflexões, etc., sobre os temas em análise nas aulas, até 50% da sua nota final. A ponderação de cada momento de avaliação é decidido pelo aluno, devidamente orientado pelo docente.

O objectivo é o de que o aluno tome uma parte activa e responsável na sua avaliação, dentro de um limite considerado científica e pedagogicamente razoável.

A avaliação terá, assim, como suporte as seguintes componentes:

1. A classificação obtida na frequência (época normal), realizado para esse efeito nos períodos previstos pelos Órgãos da Escola (50-100% da cotação global);
2. Da apresentação e discussão de trabalhos práticos, desenvolvidos individualmente. [(0%-50%) da cotação global].

Em nenhum momento de avaliação o aluno poderá ter uma classificação inferior a sete valores.

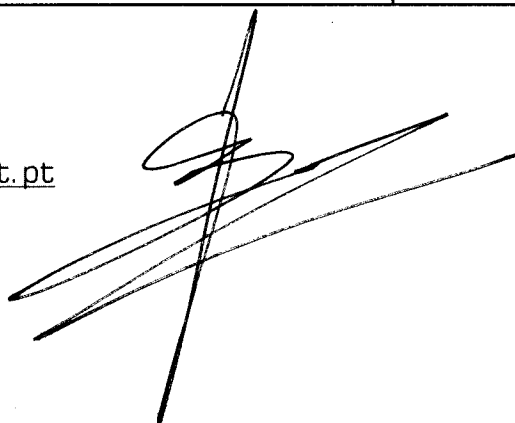
Só é admitido a frequência (época normal) os alunos que não falem a mais de duas aulas seguidas e que, no conjunto, o número total de faltas (às aulas práticas e teórico-práticas) não ultrapasse 1/3 das aulas previstas.

Os alunos que não obtiverem aproveitamento na época normal poderão efectuar um exame final (valorado em 100%) em época designada pelos órgãos competentes da instituição. Os trabalhos realizados durante o período de avaliação contínua não serão considerados para exame final.

HORÁRIO DE ATENDIMENTO¹

Docente	Horário	Gabinete
Sérgio Nunes	3ª Feira: 14h00 – 16h00 4ª Feira: 11h00-12h30	Bloco B – Gab. 175

Sérgio Nunes
E-mail - spnunes@ipt.pt
TM - 917 152 689



¹ Ou qualquer outro dia desde que previamente solicitado.